

ANEXO 4 – CORREDOR ECOLÓGICO NORTE – PNMAR

Alguns autores listam uma série de fatores que afetarão a biodiversidade de um fragmento e que precisam ser considerados para a conservação desses remanescentes a longo prazo, tais como: I) a área necessária para as espécies manterem populações mínimas viáveis; II) a capacidade do fragmento em manter uma heterogeneidade ambiental; III) a permeabilidade da matriz e como ela afeta cada espécie; IV) o tempo de isolamento do fragmento; e V) como o efeito de borda atinge cada espécie; VI) o grau de conectividade entre a UC e outros remanescentes (ROLSTAD, 1991; FAHRIG, 2003 *apud* PAGLIA, 2006).

Entender como esses fatores atuam sobre o PNMAR e como as populações da fauna e flora respondem a isso é fundamental para compreender a viabilidade da conservação de determinadas espécies em longo prazo. Dentro desse cenário, vale destacar que a simples proteção do parque, evitando ações de degradação dos seus recursos naturais, não é suficiente para garantir sua viabilidade, no que se refere à manutenção da sua biodiversidade. Por isso são necessárias pesquisas com ênfase em ecologia de espécies e biologia da conservação, de forma a fornecer subsídios para o melhor entendimento de como comunidades e populações de espécies têm se comportado no interior desse fragmento, e para a identificação da necessidade de realização de manejo da fauna e flora na área, para a manutenção ou aumento dos índices de diversidade da UC a longo prazo.

Além disso, destaca-se a importância do estabelecimento de corredores que auxiliem na conectividade estrutural ou funcional entre o Parque e outros grandes remanescentes florestais da região. Essa conexão seria realizada, principalmente, promovendo a ligação entre o Parque e fragmentos de vegetação localizados em áreas particulares.

Discussões sobre a necessidade e importância do estabelecimento de um Corredor Ecológico no entorno do Parque foram realizadas durante as oficinas de planejamento participativo deste plano de manejo, e a proposição de um corredor para ampliar a conectividade entre o PNMAR e outros remanescentes de vegetação nativa da região tiveram apoio dos participantes.

A partir das indicações e discussões realizadas durante as oficinas participativas e uma avaliação da paisagem da região feita pelos técnicos do projeto, obteve-se a seguinte sugestão de traçado para o Corredor (**Figura 01**).

O desenho do corredor visou ampliar sua conexão, priorizando, principalmente, os fragmentos de vegetação maiores do que 200 ha existentes na região, dentro do Município de São José dos Campos. Posteriormente a definição dos seus limites foram estabelecidas algumas áreas prioritárias para conectividade apontadas na **Figura 02 e Figura 03**. Essas áreas consideraram três critérios: I) sobreposição com a proposta do Projeto Corredor Ecológico do Vale do Paraíba; II) Áreas de Preservação Permanentes (APP) degradadas e; III) estabelecer conexão entre o Parque e dois grandes fragmentos de vegetação localizados nas proximidades (Área Prioritária para a Conservação - APC I e APC II).

Vale destacar que para fins da definição preliminar das APP passíveis de restauração no Corredor foi considerado um valor de 30 metros e não foram consideradas as áreas das respectivas propriedades (**Figura 03**). No entanto, a simulação já permite observar que existe uma grande defasagem de APP com vegetação na região e que uma ação voltada para a restauração dessas áreas traria grandes ganhos ambientais para a região do Corredor Norte – PNMAR.

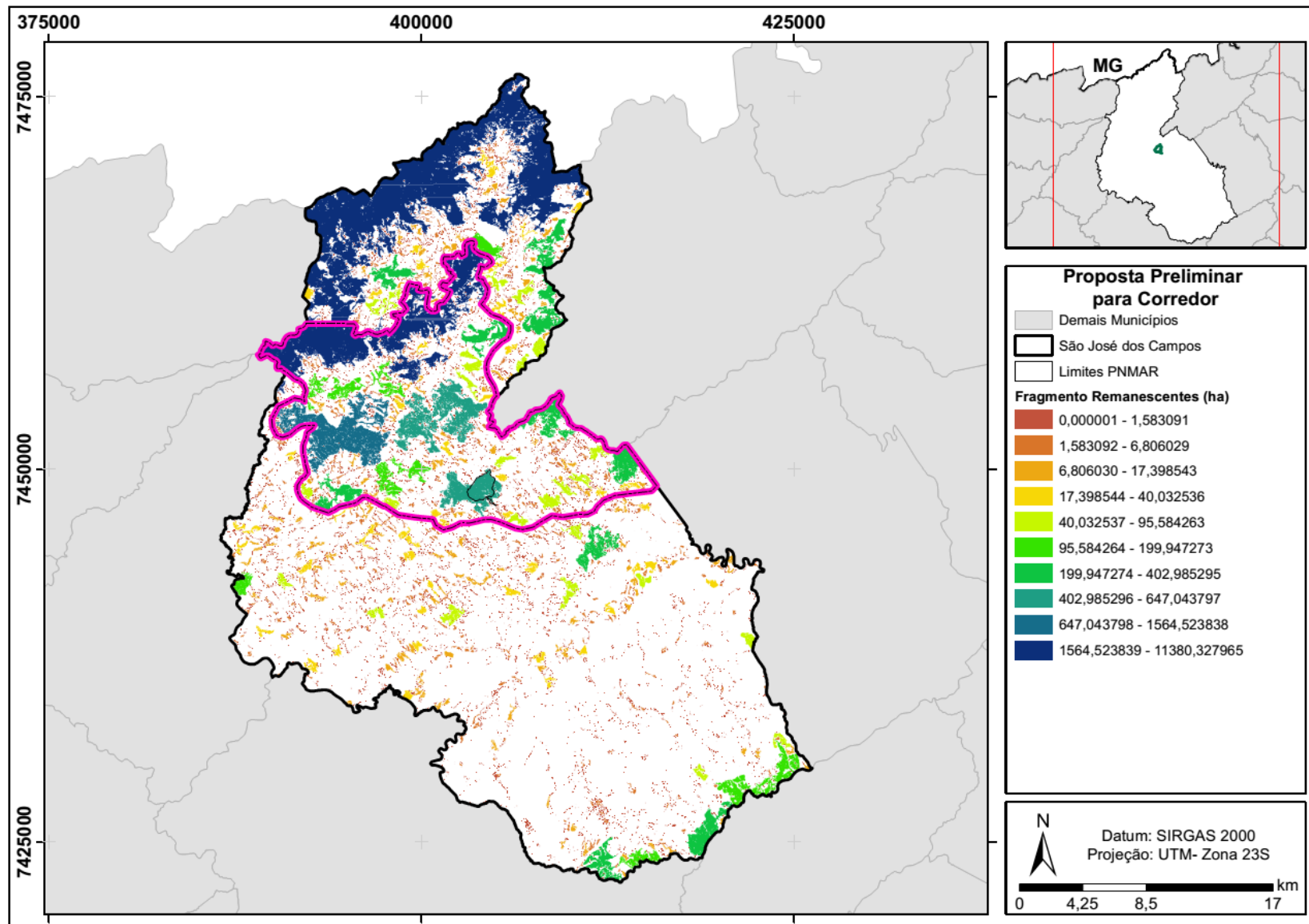


Figura 01. Sugestão de traçado para o Corredor Ecológico Norte – PNMAR.

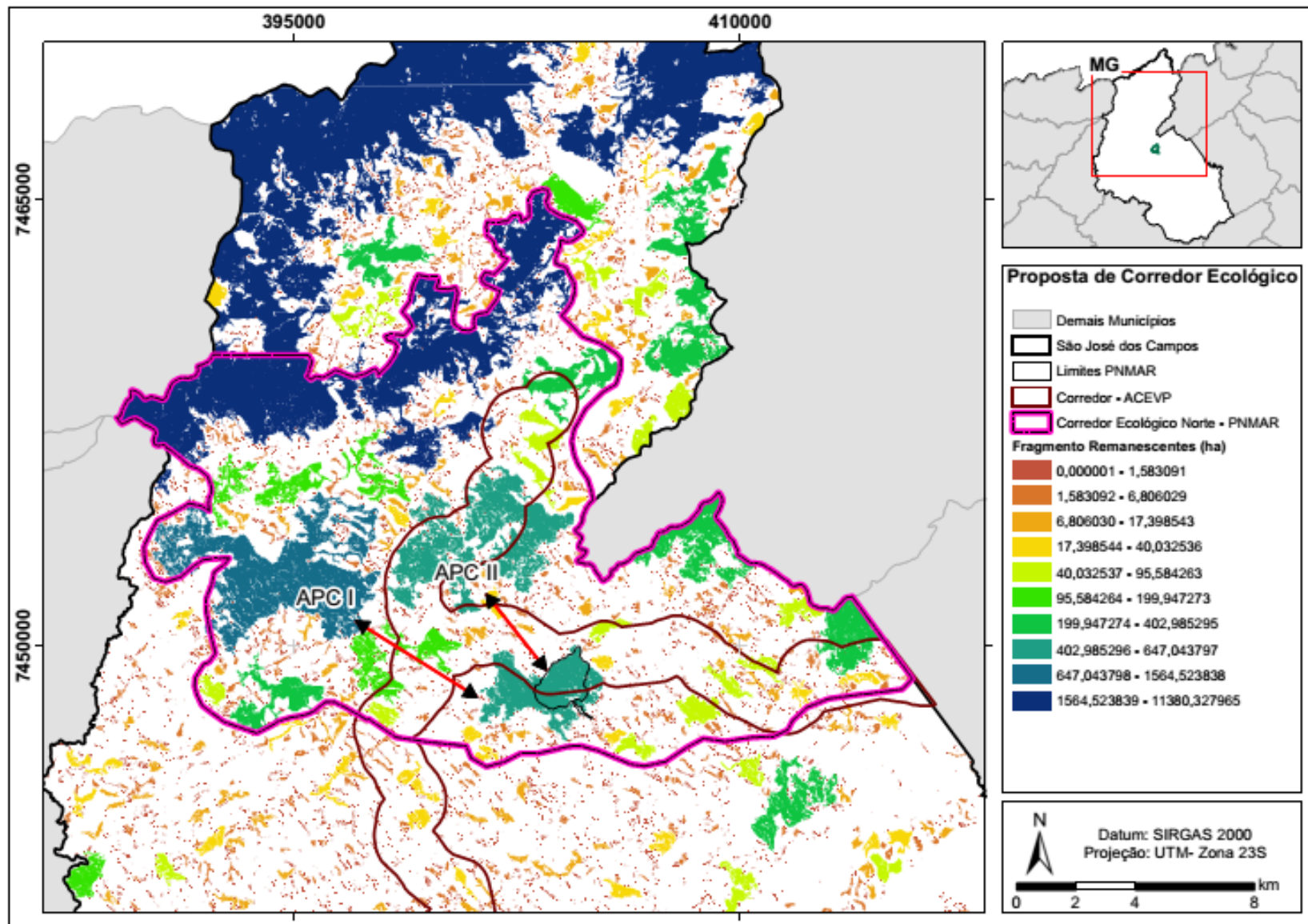


Figura 02. Áreas prioritárias para a Conservação e Restauração no Corredor Ecológico Norte – PNMAR sem APP.

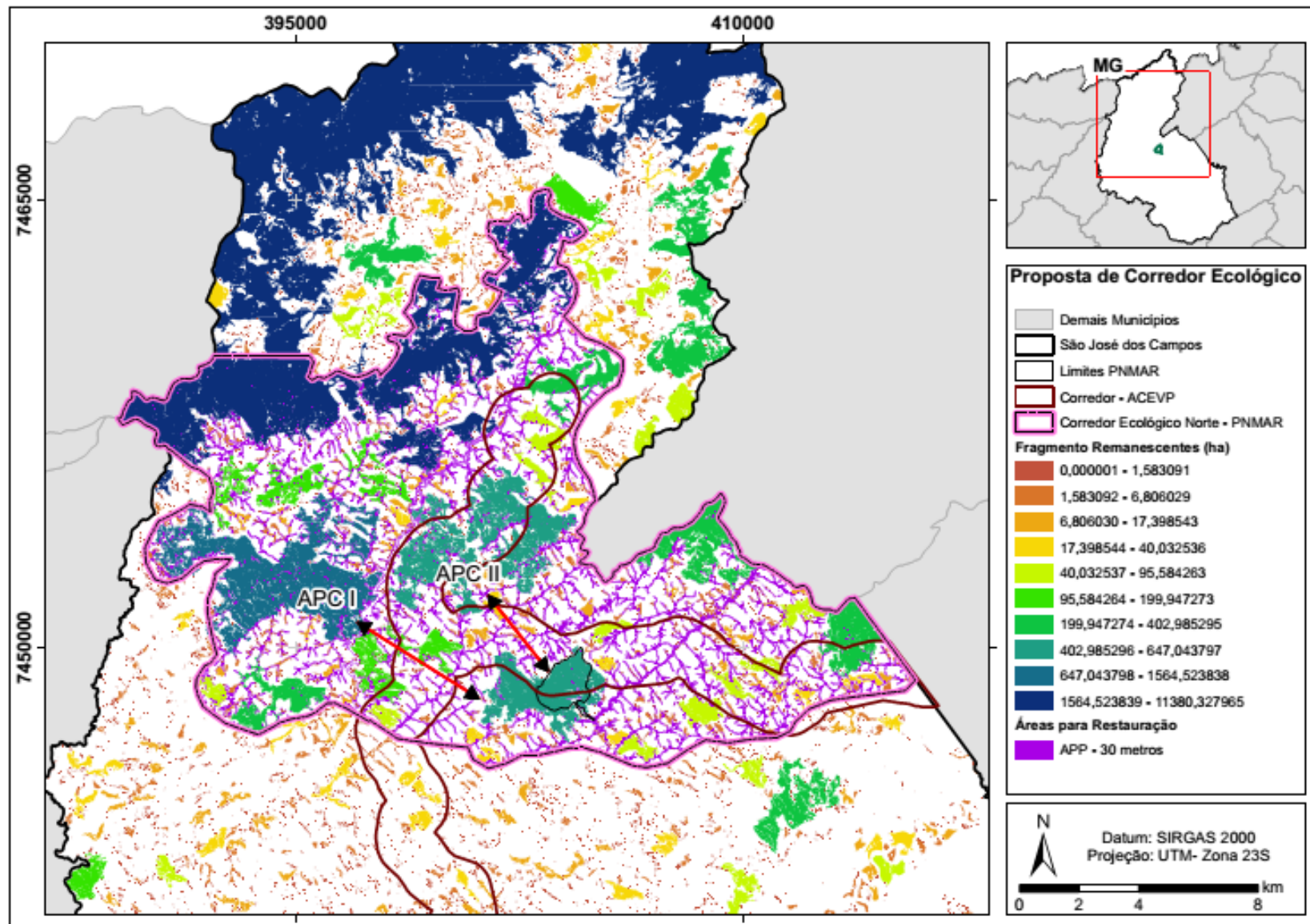


Figura 03. Áreas prioritárias para a Conservação e Restauração no Corredor Ecológico Norte – PNMAR considerando o passivo de APP na região.

Diante do cenário exposto anteriormente, e considerando o importante papel que o Corredor Ecológico representaria para a melhoria da qualidade ambiental do entorno e para a manutenção das funções ecológicas do PNMAR, bem como para a conservação de espécies da fauna e flora, recomendamos as seguintes diretrizes:

1. Elaboração de um estudo de métricas da paisagem para ajuste do traçado do Corredor, se necessário, e para definição de um gradiente de áreas prioritárias para a restauração ou para conservação. Durante esse estudo deve-se considerar a possibilidade da inclusão dos municípios de Caçapava e Monteiro Lobato no Corredor, visando ampliar sua conexão com fragmentos localizados na região oeste.
2. Desenvolver estudos técnicos e levantamentos de biodiversidade na área do Corredor, de forma a reforçar sua importância ecológica e fortalecer a argumentação da necessidade do seu reconhecimento formal. Para isso podem ser feitas parcerias junto a instituições de ensino e pesquisa e instituições do terceiro setor que podem contribuir com levantamento de informações primárias e secundárias sobre essa região.
3. Criar um grupo interinstitucional para discussão sobre o processo de implantação do Corredor e desenvolvimento de um plano de ação, inclusive fazendo uma avaliação sobre a viabilidade de aprovação de um Decreto de reconhecimento do território do Corredor Ecológico Norte – PNMAR.
4. Realizar estudo técnico para definição de limites e categoria de manejo mais adequada e consolidar uma proposta de oficialização da área da APA II como unidade de conservação integrante do sistema nacional de unidades de conservação.
5. Avaliar a viabilidade de criação de UC pública de proteção integral e/ou incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural nos fragmentos localizados no extremo oeste e sul do Corredor.
6. Ampliar a fiscalização na região do Corredor dentro do Município de São José dos Campos através de parcerias com a Polícia Militar Ambiental e Guarda Ambiental Municipal.
7. Ampliar a articulação junto ao Mosaico da Serra da Mantiqueira para fortalecer a implantação do Corredor e desenvolver ações conjuntas para a conservação da área.
8. Fortalecer parceria junto a Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba – ACEVP para implantação do Corredor Norte – PNMAR, o qual se sobrepõe, parcialmente ao traçado do Projeto Corredor Ecológico do Vale do Paraíba.
9. Acompanhar e buscar influenciar todas as discussões que venham a envolver a revisão do Plano Diretor, Zoneamento e Plano de Desenvolvimento Rural de São José os Campos, evitando que as áreas possam ser reclassificadas em categorias que as exponham a maior vulnerabilidade ambiental e estimulando ampliar a proteção do território do corredor, sempre que possível.
10. Participar ativamente das discussões para a elaboração do Plano de Manejo da APA Bacia do Rio Paraíba do Sul, promovendo, sempre que possível, o planejamento integrado dessas áreas de forma a ampliar a proteção do Corredor.
11. Desenvolver um projeto para a restauração de áreas degradadas, visando à ampliação da conectividade e melhoria das métricas da paisagem do Corredor. São consideradas prioritárias as áreas sobrepostas ao Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, as áreas de preservação permanentes e as áreas de conexão entre o PNMAR e o APC-I e APC-II.
12. Como pode-se observar na **Figura 03** existe um grande passivo relacionado as áreas de preservação permanente da região. Recomenda-se o estabelecimento de parcerias com

instituições que atuam junto a área rural, sindicatos rurais, órgãos de extensão rural, ONGs ambientalistas, entre outros visando a sensibilização dos proprietários para a importância da manutenção e recuperação de vegetação nas áreas de APP para a conservação da água e dos solos da propriedade rural, bem como para a qualidade ambiental da região.

13. Estabelecer estratégias para a manutenção dos fragmentos florestais do Corredor, com a possibilidade de parceria com o Fundo Municipal de Serviços Ecológicos para pagamento aos proprietários que possuem fragmentos de vegetação em áreas prioritárias para a conservação, ou excedentes ao previsto legalmente.

14. Caracterizar os usos atuais das áreas antropizadas dentro do Corredor, visando identificar áreas propícias para realização de projetos de recuperação.

15. Implantar um programa de monitoramento da biodiversidade e qualidade da água na área do Corredor, como forma de acompanhar os resultados das ações de conservação desenvolvidas.

16. Incentivar iniciativas de produção agrícola sustentável e um uso e ocupação do território mais amistoso e compatível com a sua conservação na região do Corredor.

17. Com base nos estudos e projetos de monitoramento que serão realizados deve-se estabelecer um zoneamento para o Corredor que contemple o estabelecimento de: I) zonas prioritariamente voltadas à conservação e II) zonas onde será incentivado o uso e ocupação da terra mais sustentável.